

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O CASO DO TERRITÓRIO MEIO OESTE CONTESTADO

Carine Romanini¹*, Liamara Scalon¹, Enise Barth Teixeira²

1. Estudante de Administração da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – campus Chapecó
2. Docente do Curso de Administração da UFFS campus Chapecó / Orientadora.

Resumo:

O desenvolvimento territorial incorpora uma agenda social e ambiental, considerando o espaço como ator de uma nova concepção de desenvolvimento que interage com seus atores locais (MDA, 2005).

Nesta perspectiva, o principal objetivo desta pesquisa foi compreender o papel do Território da Cidadania Meio Oeste Contestado (TCMOC) como estratégia de desenvolvimento sustentável.

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa. Caracteriza-se, quanto aos fins como descritiva e quanto aos meios como bibliográfica, documental e pesquisa de campo. A estratégia de pesquisa foi um estudo de caso realizado no TCMOC.

Os resultados evidenciam que as políticas públicas de desenvolvimento territorial beneficiam famílias que estão, minimamente, inseridas em cadeias produtivas e mercado de trabalho, proporcionando-as mais oportunidades e melhoria da qualidade de vida.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Desenvolvimento Territorial; Território Meio Oeste Contestado.

Apoio financeiro: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Trabalho selecionado para a JNIC pela instituição: Universidade Federal da Fronteira Sul.

Introdução:

O debate sobre desenvolvimento territorial se modificou a partir das últimas décadas do século XX, voltando-se a segmentos como o da agricultura familiar. A abordagem territorial considera a redução das desigualdades, o respeito à diversidade, a solidariedade e a justiça social como objetivos primordiais a serem atingidos. Constitui-se, na visão de Dallabrida (2010), num processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos recursos e ativos existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e a melhoria da qualidade de vida de sua população.

Com o intuito de amenizar desigualdades sociais extremas por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, em 2008, o Governo Federal instituiu o Programa Territórios da Cidadania, que tem como objetivo universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável (SIT, 2016). Dos 120 Territórios da Cidadania identificados no Brasil, o estado de Santa Catarina conta com dois territórios, o Planalto Norte (TCPN) e o Meio Oeste Contestado (TCMOC).

A importância do estudo reside na oportunidade em realizar uma reflexão teórico-prática sobre uma política pública voltada ao desenvolvimento territorial, em estreita relação com o projeto da Universidade Federal da Fronteira Sul e com o curso de Administração, que se propõe a formar profissionais dotados de capacidade analítica e empreendedora, com visão sistêmica de organizações, para constituir-se em agente de mudança e transformação social. Esta investigação se insere nas ações do Núcleo de Estudos em Cooperação (NECOOP) e da linha de pesquisa “Cooperativismo, Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável” do Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração (GEPAD/CNPq).

O principal objetivo desta pesquisa foi compreender o papel do Território da Cidadania Meio Oeste Contestado na

promoção de desenvolvimento territorial sustentável. Os objetivos específicos foram: conceituar políticas públicas de desenvolvimento territorial, agricultura familiar e cooperativismo; apresentar os principais objetivos e benefícios de iniciativas de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial rural; expor dados do Território Meio Oeste Contestado, bem como as publicações sobre o mesmo; e mapear as cooperativas de economia solidária e agricultura familiar no TCMOC.

Metodologia:

A pesquisa é de abordagem qualitativa, na medida em que buscou compreender o papel do TCMOC, a partir das percepções e experiências de atores sociais,

A pesquisa classifica-se quanto aos fins como descritiva e quanto aos meios como bibliográfica, documental e de campo (VERGARA, 2007). Descritiva pelo fato de descreveras características dos Territórios da Cidadania, de modo geral, e do TCMOC, de forma especial bibliográfica mediante a revisão de literatura referente aos seguintes assuntos: políticas públicas de desenvolvimento territorial rural, territórios rurais de identidade, agricultura familiar, cooperativismo, cooperativas de agricultura familiar e solidária.

A investigação foi documental, porque se utilizou de documentos, como relatórios de órgãos vinculados ao cooperativismo, desenvolvimento territorial e agrário, agricultura familiar e economia solidária.

E a pesquisa de campo ocorreu via o levantamento de dados primários sobre o TCMOC.

A estratégia de pesquisa utilizada foi o estudo de caso simples, focando no TCMOC, o qual é formado por municípios elencados que tinham predisposição para participar desse programa público e federal. De acordo com os dados do censo demográfico, no ano de 2010 a população desse território era de 272.042, dos quais 72.666 viviam na área rural.

Os sujeitos desta investigação foram os dois Assessores Territoriais do TCMOC, sendo um de Gestão Social e outro de Inclusão Produtiva, graduados em Agronomia e em Gestão Pública e com vasta experiência em extensão rural.

A coleta de dados secundários realizou-se por meio de livros, periódicos, produções acadêmicas, registros e relatórios vinculados ao cooperativismo, desenvolvimento territorial e agrário, agricultura familiar e economia solidária. Enquanto os dados primários foram obtidos por meio de entrevista informal com os Assessores Territoriais do TCMOC.

A interpretação dos dados foi realizada a partir da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1979).

Resultados e Discussão:

Os dados analisados permitem evidenciar que as políticas públicas de desenvolvimento territorial proporcionam oportunidades e melhoria na qualidade de vida, contribuindo para solução de antigos e novos problemas brasileiros, como a pobreza, a desigualdade regional e o desenvolvimento sustentável (DELGADO; BONNAL; LEITE, 2007).

Os pressupostos teóricos que fundamentam essa pesquisa abrangem três temáticas: a) Políticas Públicas de Desenvolvimento Territorial, que vão além dos limites físicos de região, incorporando a ideia de espaço de relações sociais, destacando o papel dos agentes sociais e suas organizações (PECQUEUR, 2005); b) Agricultura Familiar que relaciona terra, trabalho e família (BLUM, 2001); c) Cooperativismo que se baseia em pessoas que se unem voluntariamente, para satisfazer aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, agregando valores de ajuda mútua, solidariedade, democracia, participação e autonomia (SCHMIDT; PERIUS, 2003); e d) Economia Solidária que refere-se a organizações de produtores, consumidores, etc., que se distinguem por suas especificidades de auto gestão e solidariedade (SINGER, 2003).

No Território da Cidadania Meio Oeste Contestado, a maioria dos municípios contam com menos de 10.000 habitantes. De acordo com os dados do último censo demográfico, sua população em 2010 era de 272.042 habitantes, dos quais 26,72% vivem na área rural.

Em relação aos estudos realizados sobre o TCMOC, os autores pertencem, predominantemente, a instituições do Estado de Santa Catarina, sendo o ano de 2014 com maior número de publicações.

Considerando o mapeamento das cooperativas no TCMOC pôde-se perceber que 71% dos municípios possuem alguma cooperativa de agricultura familiar e economia solidária, grande parte delas não são filiadas a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária, o que pode determinar limitação por parte da gestão das mesmas. Constatou-se ainda, que as atividades desenvolvidas pelas cooperativas vão desde a produção de leite até assistência técnica a famílias beneficiárias da reforma agrária, envolvendo os ramos de atividades de crédito, produção, comercialização e trabalho.

Conclusões:

Conclui-se que o TCMOC, no âmbito do desenvolvimento territorial assume significativa importância, inserido no domínio da ação pública e compreendido como ator de um esforço de desenvolvimento, construído em uma lógica de coesão social, de participação em meio a conflitos, cooperação, concorrência e interação entre conhecimento local e científico.

A implementação e integração das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil, visam, a melhoria na qualidade de vida das populações e a redução das desigualdades regionais, porém observa-se que ainda se mantêm um conjunto de desafios a serem superados para que a política alcance plenamente os resultados que almeja.

Para estudos futuros sugere-se desenvolver uma pesquisa com abordagem quantitativa, relacionando os recursos obtidos no território por meio das políticas públicas e seu retorno para mesmo.

Referências bibliográficas

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BLUM, R. Agricultura familiar: um estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 57-104.

DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento regional: porque algumas regiões se desenvolvem e outras não?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

DELGADO, N. G.; BONNAL, P; LEITE, S. P. **Desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Convênio IICA - OPPA/CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de Territórios Rurais**. Série Documentos Institucionais nº 2, SDT/MDA. Brasília, maio de 2005.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, Campina Grande, Vol. 24, n. 01 e 02, p. 10–22, jan./dez. 2005.

SCHMIDT, D. PERIUS. Cooperativismo e

cooperativa. In: CATTANI, A. D (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 63-71.

SINGER, P. Economia solidária. In: CATTANI, A. D (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 116-129.

Sistema de Informações Territoriais (SIT). Caderno Territorial. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_033_Meio%20Oeste%20Contestado%20-%20SC.pdf>. Acesso em 05 ago. 2016.

Sistema de Informações Territoriais (SIT). **Território Meio Oeste Contestado**. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/mapa.php>>. Acesso em 22 jun. 2016.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.